



***CADÊ OS PROFESSORES NEGROS DA EDUCAÇÃO INFANTIL?:
INTERSECCIONALIDADES, RESISTÊNCIAS E PRÁTICAS ANTIRRACISTAS
NA PRODUÇÃO ACADÊMICA BRASILEIRA (1998-2024)***

***¿DÓNDE ESTÁN LOS MAESTROS NEGROS DE EDUCACIÓN
INFANTIL?: INTERSECCIONALIDADES, RESISTENCIAS Y PRÁCTICAS
ANTIRRACISTAS EN LA PRODUCCIÓN ACADÉMICA BRASILEÑA (1998-2024)***

***WHERE ARE THE BLACK TEACHERS OF CHILDHOOD EDUCATION?:
INTERSECTIONALITIES, RESISTANCES AND ANTI-RACIST PRACTICES IN
BRAZILIAN ACADEMIC PRODUCTION (1998-2024)***

Clecio Leonardo Mendes Araújo¹

RESUMO

Este artigo, parte integrante de uma dissertação de mestrado, analisa a invisibilidade de professores homens negros na Educação Infantil, destacando as interseções entre raça, gênero e práticas pedagógicas antirracistas. O objetivo é compreender os desafios e significados da presença masculina negra nesse espaço educativo. A pesquisa adota abordagem qualitativa, com base em revisão bibliográfica (1998–2024) e no relato de experiência do autor como homem negro e professor da Educação Infantil. A análise evidencia a escassez de produções acadêmicas sobre o tema e os impactos dessa ausência na formação de uma educação plural, inclusiva e representativa. Os dados revelam que a inserção de professores negros contribui para o enfrentamento do racismo estrutural e para o fortalecimento de práticas pedagógicas voltadas à equidade racial e à valorização das culturas infantis. Conclui-se que ampliar essa representatividade é urgente para a construção de uma educação mais justa e antirracista desde a Educação Infantil.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil. Professores Negros. Interseccionalidade. Educação antirracista.

¹ Mestre em Educação. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil.

RESUMEN

Este artículo, que forma parte integral de un trabajo de fin de máster, analiza la invisibilidad de los docentes varones negros en la Educación Infantil, destacando las intersecciones entre la raza, el género y las prácticas pedagógicas antirracistas. El objetivo es comprender los desafíos y significados de la presencia masculina negra en este espacio educativo. La investigación adopta un enfoque cualitativo, basado en una revisión de la literatura (1998-2024) y en la experiencia del autor como hombre negro y docente de Educación Infantil. El análisis pone de manifiesto la escasez de producciones académicas sobre el tema y los impactos de esta ausencia en la formación de una educación plural, inclusiva y representativa. Los datos revelan que la inclusión de docentes negros contribuye a enfrentar el racismo estructural y a fortalecer las prácticas pedagógicas orientadas a la equidad racial y la valoración de las culturas infantiles. Se concluye que ampliar esta representatividad es urgente para la construcción de una educación más justa y antirracista desde la educación infantil.

PALABRAS-CLAVE: Educación Infantil. Maestros negros. Interseccionalidad. Educación antirracista

ABSTRACT

This article, an integral part of a master's thesis, analyzes the invisibility of black male teachers in Early Childhood Education, highlighting the intersections between race, gender and anti-racist pedagogical practices. The objective is to understand the challenges and meanings of the black male presence in this educational space. The research adopts a qualitative approach, based on a literature review (1998–2024) and on the author's experience as a black man and teacher of Early Childhood Education. The analysis highlights the scarcity of academic productions on the subject and the impacts of this absence on the formation of a plural, inclusive and representative education. The data reveal that the inclusion of black teachers contributes to confronting structural racism and strengthening pedagogical practices aimed at racial equity and the appreciation of children's cultures. It is concluded that expanding this representativeness is urgent for the construction of a fairer and more anti-racist education from childhood education.

KEYWORDS: Early Childhood Education. Black Teachers. Intersectionality. Anti-racist education

* * *

*A presença negra, mesmo quando silenciosa,
sempre carrega um discurso.*

O corpo negro é uma linguagem em si.”

Clecio Leonardo Mendes Araújo

Quando o professor é negro: inquietações que se tornam pesquisa

Este artigo nasceu de uma inquietação pessoal, profissional e acadêmica: onde estão os professores homens negros na Educação Infantil? A trajetória que impulsiona esta

reflexão está atravessada pelo reconhecimento tardio da identidade racial e pela experiência direta como docente negro em espaços historicamente marcados por uma ausência simbólica e material de corpos negros masculinos. Mais do que um recorte quantitativo, trata-se de uma interrogação qualitativa sobre as condições de pertencimento, de visibilidade e de atuação desses sujeitos na primeira etapa da Educação Básica.

A Educação Infantil ainda é, majoritariamente, um espaço de atuação feminina e branca. A presença masculina, especialmente a presença negra masculina, constitui uma exceção que, muitas vezes, é recebida com surpresa, desconfiança ou mesmo resistência. Essa configuração revela um campo educacional estruturado por normas de gênero e raça que determinam quem pode ensinar, cuidar e formar na infância. É nesse entrecruzamento de marcadores sociais da diferença que se situa a discussão proposta neste trabalho.

Dados do Censo Escolar da Educação Básica (2022) apontam que apenas 3,7% dos docentes da Educação Infantil são homens, sem especificar o recorte racial, lacuna que invisibiliza ainda mais os homens negros e seus percursos. Esse dado estatístico reflete um problema estrutural e revela uma urgência: a de pensar o papel do professor negro na infância como uma presença formativa, pedagógica e política.

As discussões de gênero e raça na Educação Infantil não podem ser dissociadas. Como defendem autores e autoras como Nilma Lino Gomes (2017), Eliane Cavalleiro (2011), Lélia Gonzalez (2020) e Neusa Santos Souza (2021), é preciso compreender a escola como espaço de disputas simbólicas e políticas, onde os corpos negros, sobretudo os masculinos, enfrentam uma dupla exclusão: pela raça e pelo gênero.

Inspirado por autores como Claudionor Renato da Silva (2012), Florestan Fernandes (2004), Kabengele Munanga (2000), Carlos Eduardo Almeida (2023) e Cleriston Izidro dos Anjos (2012), este estudo parte do entrelaçamento entre vivência pessoal e investigação acadêmica. A experiência do autor como professor negro, somada à sua atuação em grupos de pesquisa dedicados às relações étnico-raciais e às culturas infantis, motivou a formulação das seguintes perguntas: Qual o lugar do professor negro na Educação Infantil? Como as produções acadêmicas tratam (ou negligenciam) a presença desses sujeitos na docência infantil? Quais são os desafios e as possibilidades para uma prática pedagógica antirracista desde a infância?

Assim, o objetivo geral é analisar a presença e a visibilidade (ou invisibilidade) de professores homens negros na Educação Infantil brasileira, com base em produções acadêmicas entre 1998 e 2024. Os objetivos específicos são: mapear as produções acadêmicas sobre a interseccionalidade entre raça e gênero na docência infantil; analisar como essas produções tratam o professor negro como sujeito pedagógico; e discutir os impactos de sua ausência para a formação de crianças em uma perspectiva de educação antirracista.

A relevância deste artigo reside na urgência de se visibilizar sujeitos historicamente marginalizados da Educação Infantil, construindo caminhos para práticas pedagógicas mais justas, plurais e comprometidas com os princípios da equidade e da representatividade. A presença do professor negro pode e deve ser compreendida como uma potência formativa, capaz de ampliar horizontes simbólicos e afetivos das crianças, rompendo com estigmas e abrindo possibilidades para novas narrativas de pertencimento e resistência.

Educação Infantil, raça e gênero: entre invisibilidades e resistências

A Educação Infantil, no Brasil, tem sido historicamente marcada por uma lógica de feminização que associa o cuidado, o afeto e a educação de crianças pequenas a um ideal de maternagem branco e feminino. A presença masculina, e especialmente a masculina negra, nesses espaços é tratada como exceção, gerando estranhamento, desconfiança e, muitas vezes, rejeição. Essa exclusão não é apenas simbólica, mas estrutural, sustentada por discursos normativos de gênero e raça que definem quem pode (ou deve) cuidar e educar na infância.

Ser um homem negro na Educação Infantil é experienciar uma constante tensão entre o ser e o representar. É se colocar em um espaço que, simbolicamente, não foi ‘feito’ para o seu corpo. E, ainda assim, resistir e permanecer. Porque permanecer também é uma forma de gritar (Araújo, 2024, p. 42).

Essa configuração revela um campo educacional estruturado por normas de gênero e raça que definem quem pode (ou deve) cuidar e educar na infância. Como argumenta Gomes (2017), a escola brasileira, em seus fundamentos históricos, foi estruturada segundo uma lógica racializada e patriarcal que naturaliza lugares sociais distintos para brancos e negros, homens e mulheres. No caso da Educação Infantil, essa naturalização se traduz na ideia de que homens, sobretudo homens negros, não são apropriados para

exercer funções de cuidado com a primeira infância. Isso reforça o que Souza (2021) chama de “lugar da negação”, no qual sujeitos negros têm sua afetividade deslegitimada e seus corpos hipervigiados.

A combinação entre racismo estrutural e sexismo institui uma espécie de “dupla barreira” para os homens negros que desejam atuar como professores na Educação Infantil. Conforme destaca Cavalleiro (2001), o racismo se manifesta tanto nas estruturas curriculares quanto nas relações cotidianas das instituições, produzindo um ambiente escolar que, muitas vezes, não reconhece a legitimidade da presença negra. Essa dinâmica afeta profundamente a docência e contribui para o silenciamento de sujeitos que ousam ocupar espaços que historicamente lhes foram negados.

Mesmo com a promulgação das Leis 10.639/03 e 11.645/08, que tornam obrigatório o ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena nas escolas, a efetivação dessas diretrizes ainda é limitada e enfrenta sérias resistências. A permanência de um currículo eurocentrado, associado à falta de formação crítica dos docentes, compromete a efetividade de tais políticas, como aponta outro trecho importante

A escola continua sendo espaço de manutenção da branquitude como norma e referência universal. Quando o corpo negro do professor adentra esse espaço, ele não é apenas mais um. Ele carrega, ainda que involuntariamente, uma ameaça à ordem simbólica que rege o cotidiano escolar (Araújo, 2024, p. 58).

Assim, é possível afirmar que a exclusão do professor negro na Educação Infantil é resultado de um processo interseccional, que opera na confluência entre o racismo, o sexismo e o epistemicídio. Como afirma Munanga (2000), o racismo à brasileira se sustenta em uma lógica dissimulada, que não se reconhece enquanto tal, mas que produz exclusões concretas, inclusive na formação docente e no cotidiano educativo.

A entrada de professores homens negros na Educação Infantil, portanto, tensiona os fundamentos simbólicos da escola e desafia o que Gonzalez (2020) chamou de “racismo à brasileira”, presente em discursos que negam a existência do preconceito, mas perpetuam práticas discriminatórias. Esses professores, ao adentrarem os espaços da infância, trazem consigo experiências, corpos e saberes que não se ajustam aos moldes hegemônicos da branquitude e da heteronormatividade, e por isso enfrentam resistência institucional e subjetiva.

Além disso, a ausência desses sujeitos nos materiais didáticos, nas formações iniciais e nas pesquisas acadêmicas reforça o que Silva (2012) define como “apagamento epistêmico”. Trata-se de uma exclusão não apenas física, mas também simbólica, que retira dos professores homens negros o direito de se reconhecerem e serem reconhecidos como parte legítima da Educação Infantil.

A interseccionalidade, conceito desenvolvido por Kimberlé Crenshaw (2002) e mobilizado no Brasil por autoras como Carla Akotirene (2019), é uma chave analítica essencial para compreender essas dinâmicas. Ela permite entender como os marcadores de raça e gênero se articulam de forma simultânea para produzir desigualdades específicas, como é o caso da exclusão dos homens negros da docência na primeira infância. A análise interseccional nos ajuda a perceber que não se trata apenas de ser homem ou de ser negro, mas de como ser homem e negro, ao mesmo tempo, constrói uma experiência singular de exclusão.

Ao aproximar Crenshaw (2002), Akotirene (2019) e Gomes (2017), observa-se que, embora todas utilizem a interseccionalidade como ferramenta analítica, seus enfoques diferem. Crenshaw enfatiza o caráter jurídico-político do conceito, voltado para denunciar a sobreposição de opressões nos Estados Unidos. Akotirene, por sua vez, radicaliza o debate no Brasil ao destacar a centralidade da colonialidade na produção das desigualdades. Já Gomes articula a interseccionalidade ao campo educacional, problematizando como raça e gênero estruturam práticas pedagógicas e currículos. Esse diálogo evidencia tanto convergências quanto tensões, ampliando a potência crítica do conceito.

É nesse contexto que a presença do professor negro na Educação Infantil se configura como um ato de resistência e de ruptura. Sua existência tensiona as normativas do campo, amplia os horizontes simbólicos das crianças e cria condições para uma pedagogia mais justa, plural e antirracista. Como aponta Almeida (2023), esses professores constroem, muitas vezes de forma solitária, pedagogias de presença e de afeto que desafiam os estereótipos coloniais e instituem novos modos de ser e educar na infância.

Procedimentos Metodológicos

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com base na pesquisa bibliográfica e na escrita de si como experiência pedagógica, dialogando com autores/as que compreendem o conhecimento como situado e implicado com as trajetórias de quem

pesquisa. O ponto de partida é a indissociabilidade entre experiência pessoal, prática docente e produção acadêmica, reconhecendo que todo conhecimento é atravessado por marcadores sociais como raça, gênero e classe (Gomes, 2017; hooks, 2019).

Para mapear a produção acadêmica brasileira sobre professores homens negros na Educação Infantil, foi realizado um levantamento entre os anos de 1998 a 2024 nas seguintes bases de dados: Google Acadêmico, Plataforma Sucupira, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Utilizaram-se os descritores: “professor negro”; “Educação Infantil”; “homem negro”; “docência”; “infância”; “interseccionalidade”; “raça e gênero”; “Educação Infantil”.

Como critérios de seleção, foram considerados: Produções no idioma português; Trabalhos defendidos entre 1998 e 2024; Foco explícito na docência negra, em especial masculina, na Educação Infantil; Análises que contemplassem as interseções entre raça, gênero e educação.

A análise resultou na seleção de 24 produções acadêmicas entre artigos, dissertações e teses que apresentavam, em maior ou menor grau, alguma abordagem sobre os marcadores sociais mencionados. Essas produções foram organizadas em quadros comparativos por ano, autoria, instituição, abordagem teórica e presença (ou não) da interseccionalidade.

A análise dos 24 trabalhos selecionados foi realizada por meio de uma leitura sistemática em duas etapas. Na primeira, adotaram-se categorias descritivas (ano, autoria, instituição, temática central). Na segunda, utilizou-se a análise de conteúdo (Bardin, 2011), organizando os achados em eixos: (i) presença/ausência do professor homem negro como sujeito pedagógico; (ii) formas de representação do docente negro; (iii) articulação entre raça, gênero e infância; (iv) contribuições para práticas pedagógicas antirracistas. Essa estratégia buscou garantir maior rigor e transparência na interpretação dos dados.

O objetivo não foi alcançar exaustividade, mas construir um panorama crítico da invisibilidade do professor negro nos estudos sobre a infância. O levantamento inicial identificou 137 trabalhos. Desse total, 89 foram excluídos por não contemplarem a temática da docência negra na Educação Infantil, 24 por não abordarem diretamente as interseções entre raça e gênero, e outros foram descartados por duplicidade. Restaram 24

produções (17,5% do total), o que evidencia quantitativamente o apagamento do tema no campo acadêmico.

Além da revisão de literatura, esta pesquisa se ancora na escrita de si como ferramenta metodológica, inspirada nos pressupostos da autobiografia crítica (Delory-Momberger, 2008) e na pedagogia da experiência de hooks (2019), compreendendo o relato pessoal como parte do processo de construção do conhecimento. A trajetória do autor como homem negro e professor da Educação Infantil, marcada por experiências de exclusão, resistência e formação política em espaços coletivos como o grupo Roda Griô/GEAFRO, é parte constitutiva da pesquisa.

A escrita de si foi compreendida como procedimento metodológico inspirado na autobiografia crítica (Delory-Momberger, 2008) e em perspectivas narrativas que reconhecem a experiência como fonte legítima de conhecimento. Nesse sentido, o relato não se limita ao testemunho pessoal, mas constitui um recurso analítico que permite compreender como as trajetórias individuais se entrelaçam a processos sociais mais amplos.

Essa metodologia reconhece, como propõe Souza (2021), que “a experiência do negro é estruturada a partir de uma dor que se transforma em saber”. A escrita que emerge deste trabalho não busca a neutralidade, mas sim a denúncia e a proposição de novos caminhos para a construção de uma Educação Infantil mais equânime, diversa e antirracista.

Ao optar por uma abordagem interseccional e auto-referenciada, este estudo se posiciona contra os paradigmas positivistas que desconsideram o lugar do sujeito pesquisador e a dimensão política do ato de pesquisar. Trata-se, portanto, de uma pesquisa implicada, que assume o compromisso com a transformação social e com a reexistência de corpos e saberes historicamente marginalizados (Almeida, 2023; Cavalleiro, 2001).

Reforça-se que se trata de uma pesquisa situada e autorreferenciada: o lugar do pesquisador, enquanto homem negro e professor da Educação Infantil, não é acessório, mas constitutivo da análise. Essa escolha metodológica enriquece o debate acadêmico ao evidenciar que o conhecimento é sempre produzido a partir de posições sociais concretas e que assumir tal perspectiva contribui para tensionar os limites da neutralidade científica.

Estado da arte: o lugar (quase) ausente do professor negro na Educação Infantil

A investigação sobre o professor homem negro na Educação Infantil revelou uma escassez significativa de produções acadêmicas que abordem de forma direta e interseccional essa presença. A análise bibliográfica realizada entre os anos de 1998 e 2024, com base em 24 produções (entre artigos, dissertações e teses), confirma aquilo que Gomes (2017) já denunciava: há um verdadeiro apagamento epistêmico das experiências negras no campo educacional, sobretudo quando atravessadas pela masculinidade.

A quase inexistência de pesquisas sobre professores homens negros na Educação Infantil não pode ser explicada apenas por uma lacuna de interesse, mas deve ser compreendida como um projeto de exclusão que reflete a estrutura racista e patriarcal que organiza o campo educacional e a produção do saber acadêmico (Araújo, 2024, p. 73).

Grande parte das produções analisadas foca em relações étnico-raciais ou em estudos de gênero de forma isolada. Por exemplo, uma dissertação defendida em 2015 enfatiza a figura da professora negra como mediadora cultural, mas não menciona a presença de homens negros na Educação Infantil. Já um artigo de 2019 aborda masculinidades docentes, mas limita-se a professores brancos. Apenas um TCC de 2023 (Almeida, 2023) traz o relato direto de um homem negro pedagogo, evidenciando o caráter pioneiro e minoritário dessa produção. Quando o marcador racial aparece, geralmente está relacionado à figura da criança negra ou da professora negra, invisibilizando o professor homem negro como sujeito pedagógico.

Por outro lado, quando se tematiza a presença masculina na docência, raramente há uma preocupação com o recorte racial. Como aponta Silva (2012), essa ausência revela um campo de tensão que precisa ser urgentemente explorado: o do professor negro na primeira infância.

Esse apagamento também se reflete na autoria das produções. Outro dado preocupante é a ausência desses professores também como autores da produção acadêmica. A maior parte das publicações analisadas foi escrita por pesquisadoras mulheres (em sua maioria brancas) que, embora comprometidas com a pauta antirracista, não experimentam as interseções vividas por homens negros na docência.

A ausência de homens negros como autores da própria experiência é um dado que precisa ser problematizado. Quem escreve sobre nós? A partir de que lugar? Com quais compromissos éticos, políticos e epistêmicos? Sem sujeitos negros produzindo ciência, o risco é

continuarmos sendo apenas objetos de estudo, e não sujeitos de transformação (Araújo, 2024, p. 78).

Isso evidencia a necessidade de ampliar o acesso e a permanência de homens negros nos espaços de formação acadêmica e nos programas de pós-graduação. Como alerta Almeida (2023), a negação da autoria negra é parte de um processo mais amplo de epistemicídio, em que as experiências de vida e de ensino de professores homens negros são sistematicamente deslegitimadas.

Além disso, as lacunas na literatura científica dificultam a formulação de políticas públicas eficazes para a valorização e formação de professores homens negros na Educação Infantil. A ausência de dados concretos sobre esse grupo impede o planejamento de ações afirmativas, concursos específicos ou programas de formação continuada que atendam às suas demandas específicas. O não reconhecimento institucional da sua existência resulta, também, na não formulação de políticas que promovam sua permanência e bem-estar nos ambientes educativos.

A análise do estado da arte, portanto, não apenas identifica uma lacuna na produção científica, mas evidencia um projeto de exclusão que se reflete nas instituições, nos currículos, na formação docente e na própria linguagem acadêmica. O que está em jogo não é apenas a escassez de dados, mas a negação simbólica do professor negro como sujeito legítimo da Educação Infantil, uma exclusão que, como destaca González (2020), precisa ser enfrentada com radicalidade e consciência política.

Reverter esse cenário exige que a pesquisa acadêmica se comprometa com a visibilidade de sujeitos historicamente marginalizados. É preciso romper com a lógica da representação parcial e construir análises que reconheçam a presença do professor negro na infância como potência pedagógica e política, não como exceção tolerada.

Como afirma Munanga (2000), só será possível reconfigurar os paradigmas da educação brasileira quando o negro deixar de ser apenas objeto de estudo e passar a ser reconhecido como produtor de conhecimento e transformador de realidades.

É fundamental destacar que a escassez de produções acadêmicas sobre professores negros na infância não é apenas uma questão quantitativa. Trata-se de uma disputa política sobre quem tem o direito de ser visto, de narrar e de ensinar. O desafio, portanto, não é apenas produzir mais pesquisas, mas produzir outros modos de saber, comprometidos com a justiça racial e com a valorização da diversidade na educação.

A reconfiguração do estado da arte passa, necessariamente, pela abertura da academia a novas vozes, olhares e epistemes, especialmente aquelas que nascem nos corpos negros que habitam, resistem e reinventam a Educação Infantil.

Diante dessas dinâmicas de invisibilidade e resistência, torna-se necessário aprofundar a análise sobre como tais processos se materializam no cotidiano da docência. A seguir, discute-se a experiência concreta dos professores negros na Educação Infantil, evidenciando os desafios, as potências e as urgências que atravessam sua prática pedagógica.

A docência negra na infância: desafios, potências e urgências

Ser um professor negro na Educação Infantil é carregar, diariamente, o peso e a potência de um corpo que desafia normas raciais, de gênero e afetivas profundamente enraizadas no imaginário social e nas instituições educativas. Como apontam Gomes (2017) e Cavalleiro (2001), a presença do homem negro nesses espaços, tradicionalmente vistos como femininos e brancos, provoca um tensionamento que vai muito além da atuação pedagógica: atinge diretamente o campo das representações, dos afetos e das estruturas de poder na educação.

Estudos internacionais também corroboram essa perspectiva. Noguera (2008) e Brown (2012), por exemplo, discutem como professores negros nos Estados Unidos desafiam estereótipos de masculinidade ao exercer funções de cuidado na educação básica. Da mesma forma, estudos caribenhos (Ferguson, 2017) apontam que a presença de homens negros na docência da primeira infância tensiona normas de gênero coloniais e possibilita a criação de pedagogias de afeto e resistência. Esses achados ampliam o horizonte comparativo e situam a experiência brasileira em um cenário global.

Entre os principais desafios enfrentados pelos professores negros na infância, destacam-se: a desconfiança social sobre sua capacidade de cuidar e educar crianças pequenas; o racismo institucional, que opera por meio de silenciamentos, isolamento profissional e falta de apoio; a falta de representatividade nos materiais didáticos e nas equipes escolares; e a ausência de formação antirracista nas licenciaturas, que os preparem para lidar com os atravessamentos de raça e gênero em sua prática docente.

Esses obstáculos muitas vezes são acompanhados por discursos moralistas que associam o cuidado infantil à feminilidade e excluem os homens e, em especial, os homens negros desse campo. Como lembra Gonzalez (2020, p. 118), a lógica colonial

ainda vigente em nosso sistema educacional constrói o corpo negro como “outro perigoso”, inapto para expressar afetividade ou exercer autoridade legítima.

O racismo à brasileira age de maneira velada, naturalizada e reproduzida cotidianamente, especialmente nas instituições. A escola é uma delas, com seus currículos embranquecidos e suas práticas que desautorizam saberes, corpos e culturas negras.

Apesar dessas barreiras, a docência negra na Educação Infantil também é lugar de invenção, resistência e afirmação política. Muitos professores negros constroem, no cotidiano, práticas pedagógicas profundamente enraizadas em suas vivências, referências culturais e memórias afetivas. São gestos que vão desde a escolha de livros com protagonistas negros até o uso de músicas, danças, contações de histórias e modos de falar que valorizam a herança afro-brasileira, práticas que constituem o que Almeida (2023) chama de “pedagogia da presença negra”.

Essas práticas não se limitam ao conteúdo formal, mas reconfiguram o espaço da infância como território de disputa simbólica. A presença de professores negros amplia o horizonte de possibilidades para as crianças, especialmente as negras, que passam a se reconhecer positivamente nos corpos e nas vozes que as educam. Como aponta Souza (2021), romper com o processo de “negro sendo para o outro” é fundamental para a construção de subjetividades negras mais livres, afirmadas e pertencentes.

A construção da identidade negra passa, necessariamente, por uma ruptura com a imagem do negro como objeto do outro. Quando o sujeito negro assume o lugar de educador, ele não apenas ensina conteúdos; ele ensina, sobretudo, a possibilidade de existir com dignidade.

A presença do professor negro, sobretudo na Educação Infantil, contribui para o alargamento das fronteiras do afeto e da escuta. As crianças aprendem desde cedo que o cuidado não tem cor, nem gênero fixo, e que a autoridade pode ser exercida com ternura e respeito. Esse processo, além de educativo, é também político, pois redefine os papéis sociais impostos ao longo da história, abrindo espaço para outras formas de convivência e pertencimento.

A docência negra é também um grito de ancestralidade que ecoa em cada gesto cotidiano. É por meio dela que os saberes silenciados pelo projeto colonial ganham espaço para florescer, reencantando o fazer pedagógico com sentidos outros. Ao incorporar a

oralidade, o corpo e o ritmo como elementos legítimos do processo de aprendizagem, professores negros reinventam o tempo da infância como tempo de liberdade e criação.

Além disso, o engajamento desses educadores com práticas de valorização da cultura afro-brasileira contribui para a construção de uma infância mais diversa, que reconhece e respeita a pluralidade de histórias, linguagens e identidades. É na escuta atenta, no acolhimento das diferenças e na promoção do respeito mútuo que se constrói um currículo vivo e comprometido com a justiça social.

Nesse sentido, é urgente que as políticas públicas de educação reconheçam e garantam condições dignas para que professores negros possam exercer sua profissão com autonomia, segurança e valorização. Isso implica, por exemplo, em ampliar o acesso à formação continuada antirracista, criar redes de apoio entre educadores negros e promover uma gestão escolar comprometida com a equidade racial.

A docência negra também abre caminhos para a reinvenção das masculinidades na escola. Ao cuidar, expressar afetos, escutar e acolher, o professor negro desafia os modelos tradicionais de masculinidade pautados na dureza, na autoridade violenta e na ausência emocional. Como afirma Silva (2014), trata-se de uma prática contra-hegemônica, que ressignifica o papel do homem negro na sociedade e oferece às crianças referências plurais de ser homem e ser negro.

É preciso, portanto, que a presença desses profissionais seja reconhecida não como uma exceção ou concessão, mas como uma urgência ética e pedagógica. Sua atuação não é apenas legítima, mas necessária para a construção de uma Educação Infantil antirracista, inclusiva e comprometida com a equidade.

Investir na formação, na valorização e na permanência de professores negros na Educação Infantil é investir na democratização do próprio conceito de infância. Como afirma hooks (2019), ensinar é um ato de amor e liberdade. E quando esse amor é mediado por uma consciência racial crítica, ele se torna uma poderosa ferramenta de transformação social.

Considerações Finais

Este artigo buscou lançar luz sobre a invisibilidade dos professores homens negros na Educação Infantil brasileira, articulando a revisão bibliográfica com o relato de experiência do autor. Ao longo do percurso, foi possível constatar que a ausência desses sujeitos não é acidental, mas consequência de um projeto histórico de exclusão racial e

de normatização de gênero, que estrutura tanto a prática pedagógica quanto a produção do conhecimento na educação.

A escassez de produções acadêmicas que tematizem diretamente a presença do professor negro na infância, aliada à ausência de políticas públicas efetivas para sua formação, ingresso e permanência, revela uma lacuna que compromete o ideal de uma escola democrática e plural. Como demonstrado, a interseccionalidade entre raça e gênero é fundamental para compreender as barreiras enfrentadas por esses profissionais, mas também suas potências e contribuições para uma pedagogia antirracista.

Mais do que denunciar a exclusão, este artigo propôs reconhecer a docência negra na infância como uma prática política e afetiva de resistência. A presença do professor negro é pedagógica, simbólica e estrutural: amplia os horizontes de pertencimento das crianças negras, desafia os modelos hegemônicos de masculinidade e transforma a escola em espaço de reexistência.

É urgente que os cursos de formação docente, os currículos escolares e as políticas institucionais deixem de silenciar e comecem a reconhecer e valorizar a potência de professores negros na Educação Infantil. Isso significa garantir condições para que esses sujeitos não apenas entrem, mas permaneçam e floresçam nos espaços escolares — não como exceções, mas como parte constitutiva da diversidade que deve habitar a educação pública brasileira.

Como lembra hooks (2019), ensinar é um ato de coragem e esperança. Quando esse ensino é protagonizado por um homem negro na infância, ele se torna também um ato de ruptura e reconstrução. É por isso que, mais do que perguntar “onde estão?”, este trabalho afirma: eles estão e precisam ser vistos, ouvidos e reconhecidos.

Romper com a invisibilidade histórica da docência negra masculina na Educação Infantil exige, além da produção de conhecimento, um reposicionamento ético dos sujeitos que pesquisam, legislam e formam professores no Brasil. É preciso abandonar o lugar de conforto das análises descontextualizadas e assumir um compromisso ativo com a equidade racial. Como apontado por autores como Munanga (2000) e Gomes (2017), não há neutralidade possível quando o tema é a permanência ou exclusão de corpos negros nos espaços de poder e saber.

A presença do professor negro na infância é um direito das crianças negras que necessitam de referências positivas, das famílias que desejam escolas mais plurais, e do próprio professor, que tem o direito de habitar com dignidade todos os espaços da educação. Valorizar essa presença não é uma concessão: é uma reparação histórica. Ao

reconhecer essa urgência, este artigo soma-se a uma geração de intelectuais e educadores comprometidos com uma pedagogia que ensina, afeta e transforma desde a creche até a universidade.

Por fim, este trabalho reafirma a potência da escrita de si como ferramenta teórico-metodológica de denúncia e reexistência. Escrever a partir da própria experiência como homem negro na Educação Infantil não é um exercício de vaidade, mas um gesto político de partilha e de ruptura com o silenciamento. Que outras vozes negras se sintam convocadas a narrar suas trajetórias, produzir ciência e habitar com orgulho os espaços da Educação Infantil não apenas como resistência, mas como projeto coletivo de transformação.

A principal contribuição deste estudo é oferecer uma sistematização inédita da produção acadêmica sobre professores homens negros na Educação Infantil brasileira, articulada à experiência situada do pesquisador. Esse duplo movimento amplia a compreensão do apagamento epistêmico e propõe parâmetros analíticos para futuras investigações. Do ponto de vista aplicado, os resultados sugerem a necessidade de políticas públicas específicas para a formação e valorização desses profissionais, incluindo editais afirmativos em programas de pós-graduação, concursos voltados para a diversidade docente e ações formativas que problematizem raça e gênero desde a formação inicial.

Referências

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen, 2019.

ALMEIDA, Carlos Henrique dos Santos. "*Você se parece comigo!*": relatos de docência de um homem negro pedagogo na Educação Infantil. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/21544>. Acesso em: 20 jan, 2025.

ANJOS, Cleriston. Izidro dos. *Estágio na licenciatura em Pedagogia*. Arte na Educação Infantil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

ARAUJO, Clecio Leonardo Mendes. ♪ *Eu não consigo mudar o mundo, mas eu balanço* ♪: *Cadê os professores negros da educação infantil na produção acadêmica brasileira (1998-2024)?* Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2025.

- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BRASIL. *Lei n.º 10.639, de 09 de janeiro de 2003*. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília-DF-DF, 03 jan. 2003.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Censo Escolar da Educação Básica 2022: Resumo Técnico*. Brasília, 2023.
- BROWN, Anthony L. Racialized Pedagogies and the Intellectual of Black Male Teachers in the U.S. *Race Ethnicity and Education*, v. 15, n. 2, p. 129-147, 2012.
- CAVALLEIRO, Eliane Santos. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*. 6.ed. São Paulo: Contexto, 2011.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.
- DELORY-MOMBERGER, Christine. *Biografia e educação: figuras do indivíduo-projeto*. Natal: EDUFRN, 2008.
- FERGUSON, Ann Arnett. *Boys, Masculinities and Schooling: Intersections of Class, Race and Gender*. London: Palgrave Macmillan, 2017.
- FERNANDES, Florestan. *As trocinhas do Bom Retiro: folclore e mudança social na cidade de São Paulo*. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 203-315.
- GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro educador. Saberes construídos na luta por emancipação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- GOMES, Nilma Lino. *Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2017-pdf/67835-alguns-termos-e-conceitos-presentes-no-debate-sobre-relacoes-raciais-no-brasil/file>. Acesso em: 27 out. 2024.
- GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (Orgs.). *Feminismo e questões raciais: diálogos contemporâneos*. São Paulo: Zahar, 2012.
- hooks, bell. *Olhares negros: raça e representação*. São Paulo: Elefante, 2019.
- MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raças, racismo, identidade étnica e etnia. *Cadernos Penesb*, Niterói, 5, p.17-34, 2000.

NOGUERA, Pedro. *The Trouble With Black Boys: And Other Reflections on Race, Equity, and the Future of Public Education*. San Francisco: Jossey-Bass, 2008.

SILVA, Claudionor Renato da. Vivências iniciantes de um professor negro na educação infantil. *Revista África e Africanidades*-Ano4-n. 16 e 17, fevereiro/ maio, 2012. ISSN 1983-2554. Disponível em: <http://africaeaficanidades.com.br>. Acesso em: 23 ago. 2024.

SILVA, Claudionor Renato da. *Docência masculina na educação infantil: impressões de um iniciante*. In: SILVA, Claudionor Renato da. *Gênero e raça em discussão*. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

Recebido em julho de 2025.

Aprovado em setembro de 2025.